



Diversidade na pós-graduação

Inclusão Seis programas na UFRGS já oferecem cotas para candidatos travestis e transexuais

Inúmeros fatores podem influenciar a escolha de um curso de pós-graduação. Para o educador físico Eric Seger, as cotas foram fundamentais. Eric é um homem trans e ingressou no mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS por meio de da reserva de vagas para transexuais e travestis, prevista no edital desde 2017. “Acho que, de certa forma, internalizei uma sensação de não pertencimento, de inferioridade, por mais que tenha tido uma boa trajetória acadêmica até agora. Parece que, sem aquele ‘empurrãozinho’ a mais, ficava a sensação de que talvez eu não conseguisse”, afirma. Ele conta que durante a graduação se deparou com a transfobia nos próprios estudos: “As ciências da fisiologia do exercício, por exemplo, têm uma concepção epistemológica muito transfóbica, e isso pode deixar marcas”.

Além do PPGEDU, outros cinco programas apresentam em seus editais de mestrado e doutorado a reserva ou adição de vagas para pessoas trans: Sociologia (2016), Artes Cênicas, História, Psicologia Social e Institucional (2017) e Saúde Coletiva (2018). Há ainda o PPG em Comunicação (PPGCOM), que oferece cotas para esse grupo apenas na seleção do mestrado, e o mestrado profissional em Ensino de História, o único entre os 16 oferecidos na Universidade que também aderiu à medida.

Na UFRGS, os programas de pós-graduação têm autonomia em suas decisões, submetendo-as à aprovação da Câmara de Pós-graduação. Por isso, não há uma diretriz que oriente a implementação de reserva de vagas entre os 88 cursos de mestrado acadêmico e de mestrado profissional, e so 82 de doutorado atualmente em atividade. Mesmo assim, informa o pró-reitor de pós-graduação Celso Loureiro Chaves, está prevista para este mês uma reunião com os 11 PPGs que já têm algum tipo de ação afirmativa para chegar a um discurso unitário e refletir sobre uma possível política institucional para a reserva de vagas na pós-graduação.

Desafios – O doutorando Gustavo Passos, integrante da comissão que estabeleceu as cotas para pessoas trans no PPGEDU, é aliado do movimento trans e estuda educação e relações de gênero no sistema prisional. Segundo ele, as cotas funcionam como uma reparação histórica a determinados grupos sociais, e sua implementação na pós-graduação é uma tendência. “No caso das pessoas trans, não é exatamente uma questão histórica a ser reparada, mas até 90% dessas pessoas evadem das escolas antes do final do ensino médio. É um

número muito alto. Essa é uma justificativa que utilizamos no edital para garantir as cotas para esse público, para proporcionar uma formação mais especializada às poucas que conseguem chegar ao ensino superior, já que o ambiente escolar é muito inóspito para elas”, pondera.

Filósofo, publicitário e mestre em Comunicação pela UFRGS, Luiz (nome fictício) participou da reunião em que foram aprovadas as cotas no PPGCOM e, apesar de considerá-las muito importantes, insiste que haja uma reflexão. “Pensemos na realidade das travestis, por exemplo. Como queremos que essa população ingresse na pós-graduação se muitas delas têm que sair cedo de casa, têm que se prostituir para poder se sus-

tentar?”, provoca. Segundo ele, é preciso considerar não só o ingresso, mas a permanência dos alunos. “Acho que isso precisa ser pensado dentro da questão do recorte de classe. Senão, teremos pessoas trans dentro da universidade, mas com um certo perfil. O legal é expandir”, argumenta.

Além dos desafios que todo aluno da pós-graduação enfrenta, uma pessoa trans pode se deparar com situações ainda mais complicadas. Eric Seger, cujo tema de pesquisa é educação, sexualidade e relações de gênero, conta que é difícil permanecer em um espaço que o considera um “outro exótico”. “Já fui tratado com pronomes femininos umas seis vezes por uma pessoa do PPG. Então, a gente entra por essas ações afirmativas, mas

algumas pessoas não conseguem nos tratar pela nossa identidade de gênero. Não era com más intenções, mas é algo que faz a gente se sentir muito humilhado, entende?”

Processo gradual – O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) aponta, em pesquisa publicada este ano, que cerca de 18% do total de PPGs das instituições públicas de ensino superior já adotam ações afirmativas. Dados da mesma pesquisa indicam que grupos não contemplados pelas políticas de ingresso na graduação, tais como pessoas transexuais e travestis, vêm sendo incluídos – embora, até o ano passado, essa

população representasse apenas 2,72% dos beneficiários. Ainda segundo a pesquisa do Gema, são raras as ações afirmativas na pós-graduação que relacionam o benefício à conclusão do ensino médio na rede pública ou à baixa condição socioeconômica, como é comum nas políticas de acesso à graduação.

Um dos primeiros programas a oferecer cotas para pessoas transexuais e travestis foi o PPG em Desenvolvimento Territorial Sustentável, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Inaugurado em 2014, o mestrado dispõe de vagas nessa modalidade de ações afirmativas desde o primeiro edital. Contudo, a medida só começou a tomar mais força a partir de 2016, quando o Ministério da Educação (MEC) divulgou a Portaria Normativa n.º 13, solicitando às universidades federais que apresentassem propostas sobre a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência em seus PPGs, e orientando a criação de comissões para dar continuidade e aperfeiçoar as ações implementadas.

Impacto estrutural – Para o doutorando Gustavo, o efeito dessas medidas é estrutural e inegável. “A longo prazo, há um impacto no currículo formal, naquilo que é ensinado na escola. Você adiciona essas diversidades à pauta. Mas no currículo cultural, que são os saberes que circulam na sociedade, que aprendemos através da sociabilidade, o impacto é imediato”. Ele exemplifica: “Quando se tem uma sala de aula com professor e alunos brancos, se o professor faz uma piada de cunho racista, talvez não haja resposta. Pode até ficar todo mundo calado, não achar graça; mas se houver uma pessoa negra, e mais ainda, se houver várias pessoas negras, vai haver resposta. Um grupo fortalecido vai se colocar contra aquela declaração”.

O sentimento de quem participou dessas mudanças é de que sempre se pode fazer mais. Luiz acredita que, apesar de as medidas serem passíveis de críticas, o assunto estar em discussão é melhor que nada. Para ele, todos saem ganhando: “Acho que a grande questão sobre as cotas que as pessoas perdem de vista é que elas não são um favor que se está fazendo para aquela pessoa, mas sim para a universidade. Traz pluralidade. Num país como o Brasil, no contexto em que a gente se encontra, a universidade é um lugar que deve ser múltiplo, deve ser plural”, conclui.



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Para Eric Seger, mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação na UFRGS, é difícil para uma pessoa trans permanecer em um espaço que a considera um “outro exótico”

Natalia Henkin, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da UFRGS